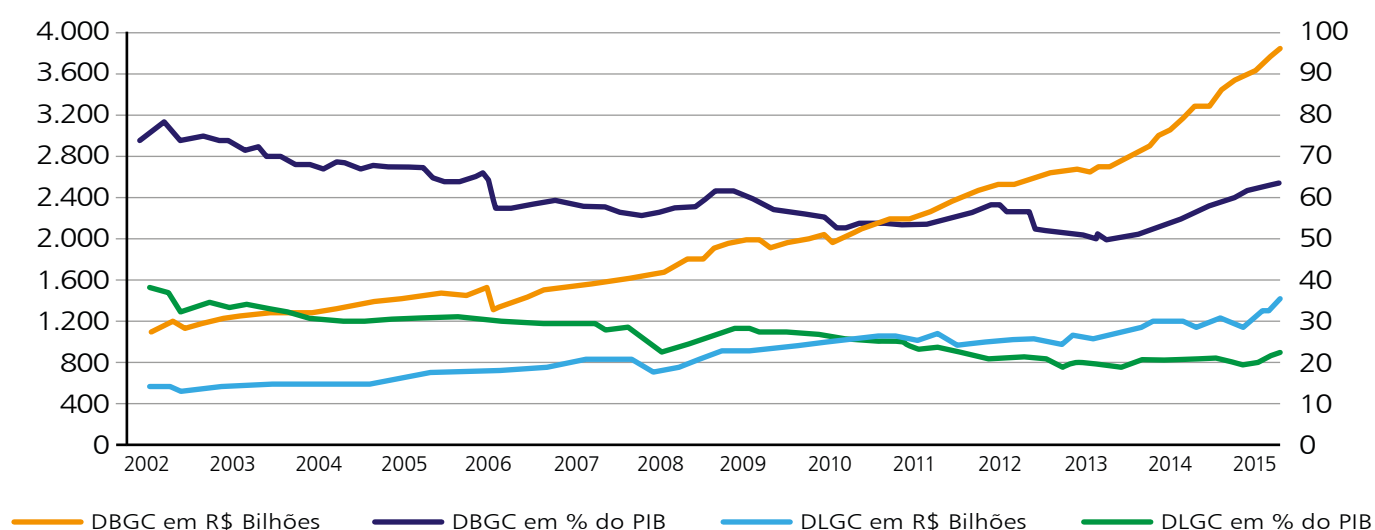


Dívida pública é o montante levantado pelo governo junto ao setor privado ou às agências multilaterais, para financiar suas ações. Para tanto, o governo assume contratos de empréstimos e financiamentos e emite títulos que variam na maturidade, no modo como são vendidos e na forma como seus pagamentos são estruturados.

A mensuração da dívida pública restringe-se ao setor público não financeiro e sua compilação varia de acordo com a metodologia empregada, os entes da Federação abrangidos, a perspectiva bruta ou líquida e a exclusão ou não de algumas empresas, a exemplo da Petrobras e da Eletrobras na União.

O gráfico a seguir aponta o comportamento das dívidas bruta e líquida do Governo Central (DBGC e DLGC) no período de 2002 a 2015, em valores correntes e em percentual do PIB.

Dívidas Bruta e Líquida do Governo Central



Fonte: Bacen.

Os indicadores de estoque da dívida oficialmente divulgados pelo governo federal são:

- Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG):** publicada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), abrange União, estados, Distrito Federal e municípios. A DBGG aumentou R\$ 675,1 bilhões em 2015 e chegou a R\$ 3.927,5 bilhões, ou 66,5% do PIB;
- Dívida Líquida do Setor Público (DLSP):** publicada pelo Bacen, cresceu R\$ 253,7 bilhões em 2015 e atingiu R\$ 2.136,9 bilhões, ou 36,2% do PIB. A DLSP abrange o endividamento líquido do setor público não financeiro e do Bacen junto ao sistema financeiro (público e privado), ao setor privado não financeiro e ao resto do mundo. Ela inclui os governos federal, distrital, estaduais e municipais, o Bacen, a Previdência Social e as empresas estatais, com exclusão da Petrobras e da Eletrobras;
- Dívida Consolidada (DC) da União:** publicada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do Poder Executivo Federal, observados os critérios estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Aumentou R\$ 621,4 bilhões desde 2014, alcançando o montante de R\$ 4.073,9 bilhões em 2015;
- Dívida Consolidada Líquida (DCL) da União:** também publicada no RGF do Poder Executivo Federal. Em virtude do incremento do saldo da dívida consolidada em R\$ 621,4 bilhões e do saldo dos ativos da União no valor de R\$ 250,3 bilhões, a DCL ampliou-se em R\$ 371,1 bilhões, totalizando R\$ 1.730,6 bilhões ao final de 2015.

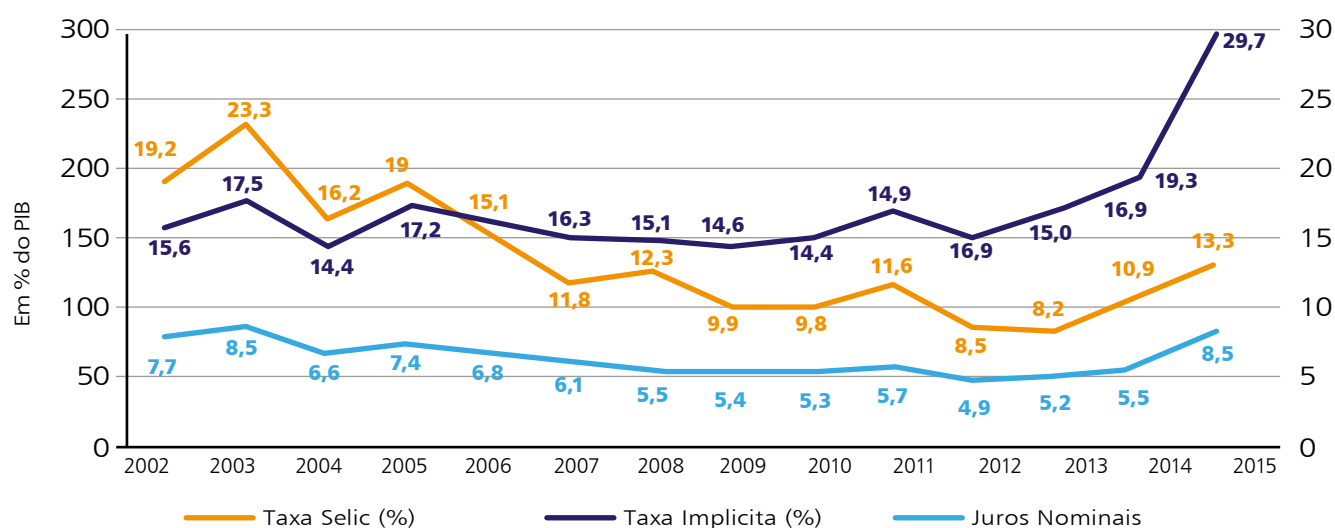
Outras variáveis importantes para o endividamento são os juros nominais, que ampliaram a dívida em R\$ 501,8 bilhões (8,5% do PIB) em 2015, e o resultado primário, cujo déficit no exercício acarretou aumento na dívida de R\$ 111,3 bilhões (1,9% do PIB). A combinação de juros elevados e déficit primário resulta em expansão continuada da dívida bruta e da dívida líquida.

Evolução da taxa Selic e da taxa implícita da DLSP

O aumento da intervenção da União na atividade econômica por meio da acumulação de ativos e passivos mantém a DLSP sob controle. No entanto, carrega para o Tesouro Nacional a carga fiscal representada pela diferença entre a taxa pela qual a União vende seus títulos (Selic) e a taxa que a União recebe das instituições financeiras oficiais e de outros programas de fomento (Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP).

Dados do Bacen mostram que, entre 2002 e 2015, a taxa Selic recuou 5,9 pontos percentuais (de 19,2% para 13,3%), enquanto a taxa implícita da DLSP aumentou 14,1 pontos percentuais (de 15,6% para 29,7%). Ou seja, o custo fiscal dessas operações de fomento, representado pelo diferencial de taxas, expande-se continuamente, conforme se visualiza no gráfico seguinte. Adicionalmente, a apropriação dos juros nominais alcançou 8,5% do PIB em 2015.

Evolução da Taxa Selic (%), da Taxa Implícita da DLSP (%) e dos Juros Nominais (% do PIB)



Fonte: Bacen.